

DECLARAÇÃO

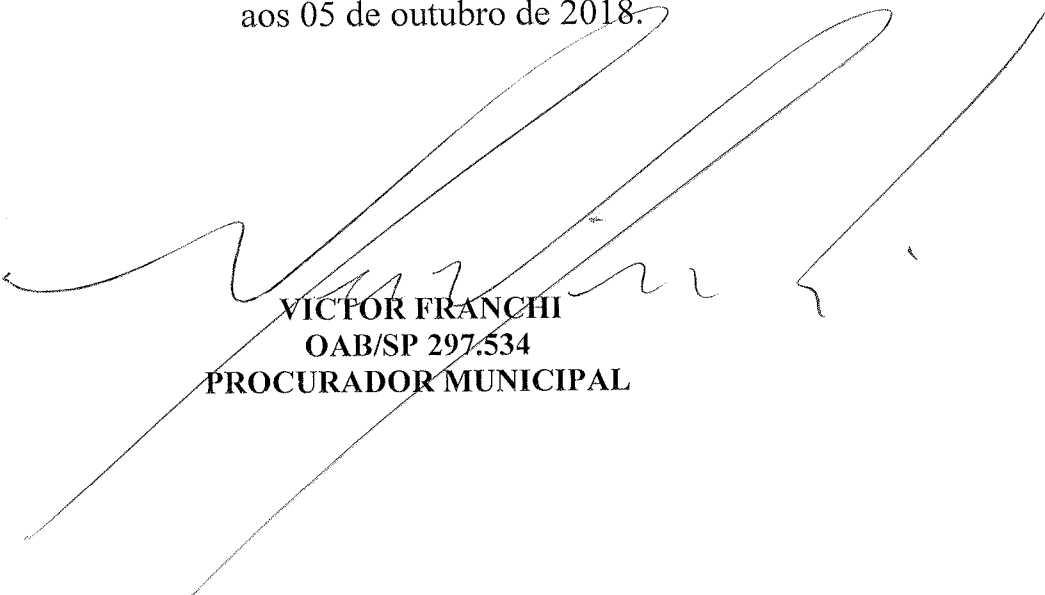
VICTOR FRANCHI, OAB/SP 297.534, que esta assina, Procurador do Município de Monte Mor, Estado de São Paulo,

D E C L A R A a quem interessar possa e para os devidos fins que o Município de Monte Mor não possui certificado de regularidade previdenciária.

Declara ainda, por pertinente, que nas ocasiões nas quais o município foi inicialmente impedido de assinar convênios para recebimento de recursos de outros entes federativos por essa razão, obteve junto à Justiça Federal decisões favoráveis permitindo a assinatura dos ajustes (documentos anexos).

Por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração para que surta seus jurídicos efeitos.

PAÇO MUNICIPAL DE MONTE MOR,
aos 05 de outubro de 2018.



VICTOR FRANCHI
OAB/SP 297.534
PROCURADOR MUNICIPAL

Autos com (Conclusão) ao Juiz em 18/10/2016 p/ Sentença

*** Sentença/Despacho/Decisão/Ato Ordinatório

Tipo : B - Com mérito/Sentença homologatória/repetitiva Livro : 8
Reg.: 930/2016 Folha(s) : 266

Vistos.Cuida-se de ação de rito ordinário, com pedido de antecipação de tutela, movida pelo MUNICÍPIO DE MONTE MOR, em face da União Federal e da Caixa Econômica Federal, objetivando ver assegurado o direito à celebração de convênios e à transferência de recursos da União, independente dos apontamentos no CAUC e EXTRACAUC.Alega o Autor, em suma, que pretende a celebração de convênios relacionados à prestação de serviços públicos, mas a instituição financeira está obstando a finalização do acordo e o efetivo repasse das verbas, por possuir o Município inscrições nos cadastros de inadimplência CAUC e EXTRACAUC.Todavia, sustenta que, por força do art. 26 da Lei nº 10.522/2002, referida inscrição não atinge o repasse de verbas destinadas à execução de ações sociais.Com a inicial foram juntados os documentos de fls. 15/41.O pedido de tutela antecipada foi apreciado em plantão judicial e deferido pelo Juízo à fls. 42/44, para o fim de determinar à parte ré que não obste a celebração do(s) convênio(s) referido(s) na petição inicial, nem tampouco a transferência de recursos da União em favor da parte autora em virtude de apontamentos existentes no CAUC e EXTRACAUC, até ulterior deliberação do Juízo competente por distribuição.As Rés, regularmente citadas, apresentaram contestações e juntaram documentos às fls. 56/64vº (CEF) e fls. 94/113 (União), defendendo, apenas quanto ao mérito, a improcedência da pretensão veiculada na petição inicial.A União Federal noticiou a interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão antecipatória de tutela (fls. 65/84).O E. Tribunal Regional Federal da Terceira Região indeferiu o efeito suspensivo pleiteado no agravo (fls. 86/93).O Município Autor apresentou réplica às fls. 122/128.Vieram os autos conclusos.É o relatório.Decido.Entendo que o feito está em condições de ser sentenciado, visto que a situação de fato e de direito se encontra amplamente demonstrada, mediante a documentação acostada, não sendo necessária a produção de provas em audiência ou outras provas. Aplicável ao caso, portanto, o disposto no art. 355, I, do novo Código de Processo Civil.Não foram arguidas questões preliminares.No mérito, o objetivo da presente ação é a assinatura do contrato de repasse de verbas federais, apesar do nome do Município Autor constar dos apontamentos do CAUC e EXTRACAUC.Quanto à situação fática, da análise dos autos, verifica-se pretender o Autor a celebração de convênios relacionados à prestação de serviço público na seguinte área: "Infraestrutura - Pavimentação Asfáltica em Bairros do

Município de Monte Mor" (convênios nº 1026.089-32/2015 e 1026.068-90/2015).Depreende-se dos documentos de fls. 31/36, que o Município Autor é, de fato, favorecido das propostas (convênios) SICONV mencionadas, que foram aprovadas e empenhadas referentes a despesas do Orçamento Geral da União de 2015, mas a formalização dos convênios e o repasse da verba não foram efetivados em virtude de inscrições do Município em cadastros de inadimplência (CAUC e EXTRACAUC).Impende destacar acerca do tema, que o CAUC - Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios - é um subsistema do SIAFI, constituído para possibilitar consulta sobre o cumprimento das exigências legais para habilitação dos entes federativos para receber transferências voluntárias da União. No mais, as informações contidas no CADIN permitem à Administração Pública Federal uniformizar os procedimentos relativos à concessão de crédito, garantias, incentivos fiscais e financeiros, bem como à celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos de modo a favorecer a gestão seletiva dos recursos existentes. A transferência voluntária, por sua vez, compreende 4 fases: (1) apresentação e aprovação dos planos de investimento, (2) empenho da verba, (3) assinatura do convênio e (4) liberação dos valores, sendo que as duas primeiras fases são de competência da União, enquanto as duas últimas (assinatura do Contrato de Repasse/Convênio e o efetivo repasse) são realizadas pela CEF desde 1996, conforme reiteradamente previsto nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Quanto à operacionalização, na Caixa, do Contrato de Repasse através dos recursos do Orçamento Geral da União, sustenta a Ré, em sua contestação, que segue as diretrizes estabelecidas em Acordos de Cooperação Técnica e Contratos de Prestação de Serviços celebrados com os órgãos gestores, que define as etapas a serem cumpridas junto aos contratados, tais como: recebimento da relação das propostas selecionadas, notificação aos proponentes contemplados e solicitação de documentação necessária à contratação e do Plano de Trabalho, se for o caso; verificação da situação cadastral e do atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; análise da documentação apresentada sob os aspectos jurídicos, de engenharia e social, quando for o caso; e emissão de Nota de Empenho.No caso concreto, foi apontada pela instituição financeira a seguinte irregularidade, em 23/12/2015, que impediu a formalização dos aludidos convênios com o Município Autor: Pendência de Regularidade Previdenciária (fls. 37/39).Todavia, defende o Autor que, em conformidade com o art. 26 da Lei nº 10.522/2002, as pendências verificadas pela instituição financeira não obstatam o repasse de verbas destinadas à execução das ações sociais. Acerca do tema, dispõem o ar. 25, 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e o art. 26 da Lei nº 10.522/2002, in verbis:Lei Complementar nº 101/2000Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema

Único de Saúde.[...] 3o Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.Lei 10.522/2002Art. 26. Fica suspensa a restrição para transferência de recursos federais a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de ações sociais ou ações em faixa de fronteira, em decorrência de inadimplimentos objetos de registro no Cadin e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.Assim sendo, conquanto legítima a inscrição de ente municipal inadimplente no CAUC e no EXTRACAUC, por se tratarem de instrumentos necessários ao controle da gestão fiscal, em conformidade com o art. 25, 3º, da LC nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e art. 26 da Lei nº 10.522/2002, a inclusão do Município em cadastros federais não atinge o repasse de verbas destinadas à execução das ações sociais e relativas à educação, saúde e assistência social. A tese manifestada encontra harmonia na jurisprudência da Suprema Corte, conforme se depreende das considerações formuladas em acórdão proferido no Ag. Reg. na Ação Cível Originária 1.848, sob a relatoria do Ministro Celso de Mello, in verbis: "O Supremo Tribunal Federal, nos casos de inscrição de entidades estatais, de pessoas administrativas ou de empresas governamentais em cadastros de inadimplentes, organizados e mantidos pela União, tem ordenado a liberação e o repasse de verbas federais (ou, então, determinado o afastamento de restrições impostas à celebração de operações de crédito em geral ou à obtenção de garantias), sempre com o propósito de neutralizar a ocorrência de risco que possa comprometer, de modo grave e/ou irreversível, a continuidade da execução de políticas públicas ou a prestação de serviços essenciais à coletividade".Ainda acerca do tema, ilustrativos os seguintes precedentes do E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região:APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL. ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. INSCRIÇÃO DE MUNICÍPIO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. SIAFI, CADIN, CAUC. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE PROVA PERICIAL. JURISPRUDÊNCIA APLICADA. INOCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARTS. 26, DA LEI 10.522/02 E 25, 3º DA LC 101/2000. VERBAS DE NATUREZA SOCIAL. SENTENÇA MANTIDA. [...]2. A legislação aplicada às transferências voluntárias federais (Lei 10.522/02, LC 101/2000, IN STN 01/97) prevê que, na exigência de restrições junto aos cadastros de inadimplência, deve ser suspenso/a o/a repasse/liberação dos recursos provenientes dos convênios firmados. 3. No entanto, essa não é a hipótese dos autos. Consoante se observa dos documentos acostados, inexistente qualquer restrição em nome do ente municipal nos cadastros de inadimplência que poderia impedir a liberação das verbas remanescentes vindicadas, situação que reclama o regular cumprimento do cronograma de execução previsto no convênio/contrato de repasse celebrado. Observa-se, ainda, que o município finalizou a realização das obras previstas, enquanto que a UNIÃO não liberou a totalidade dos recursos pactuados,

evidenciando o descumprimento de sua parte do contrato. 4. Além disso, à luz da jurisprudência firmada, não é admissível que se obste, em razão da inscrição do município no SIAFI/CAUC, o repasse de recursos federais destinados a "ações sociais e ações em faixa de fronteira" e "ações de educação, saúde e assistência social", compreendendo-se no termo "ações sociais" todas aquelas voltadas à saúde, educação, saneamento, urbanização e melhorias em geral das condições de vida da população local. Precedentes. 5. Considerando tratar-se de obras destinadas à pavimentação de vias públicas, evidenciado está o seu caráter social, vez que atreladas à área do saneamento básico, da urbanização, ao conceito de saúde preventiva e à melhoria da qualidade de vida da população, subsumindo-se ao conceito da expressão "ações sociais" firmado pela jurisprudência aplicada ao caso. 6. Preliminar de ilegitimidade passiva da CEF rejeitada. No mérito, apelações e remessa oficial a que se nega provimento.(TRF1, AC 64146220094014000, 6ª Turma, Relator Des. Federal Kassio Nunes Marques, e-DJF1 08/08/2014)INSCRIÇÃO DE MUNICÍPIO NOS SISTEMAS SIAFI, CAUC E SIOPE. DEVIDO PROCESSO LEGAL. EXIGÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STF. EXCLUSÃO DA INSCRIÇÃO. [...]2. A Lei Complementar n. 101/2000 impôs restrição à "transferência voluntária" de recursos a outras entidades da Federação, "a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde". De tão severa essa restrição (desproporcional, em muitos casos), a própria lei a chamou de sanção "de suspensão de transferências voluntárias", cuidando logo de abrir exceções: transferências destinadas às ações de educação, saúde e assistência social. 3. Decidiu o STF que a inscrição de entidades políticas nos cadastros de inadimplentes sujeita-se ao devido processo legal (Questão de Ordem em Ação Civil Originária 1.048-6/RS). 4. O STF também assentou compreensão no sentido de que, como a inscrição no SIAFI implica imediato bloqueio das transferências de recursos federais e impede a celebração de novos convênios, deve ser suspensa "quando os efeitos dela decorrentes geram prejuízos irreparáveis ao Estado-membro, comprometendo a prestação de serviços públicos essenciais. Precedente [AC n. 259, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ 03.12.2004]. Medida liminar referendada" (AC 1271 MC/AP, Rel. Ministro Eros Grau, Pleno, DJ de 13-04-2007). 5. Provimento à apelação, reformando-se a sentença.(TRF1, AC 278945320094013400, 5ª Turma, Relator Des. Federal João Batista Moreira, e-DJF1 18/05/2012)PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MUNICÍPIO DE AGUA DOCE DO MARANHÃO/MA. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EX-GESTOR. INSCRIÇÃO SIAFI/CAUC. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LEGITIMIDADE. PERMISSÃO DE ACESSO A CONVÊNIOS DE CUNHO SOCIAL. ART. 25, 3º, DA LC 101/2000. ART. 26 DA LEI 10.522/2002. [...]3. O art. 25, 3º, da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) excetua a aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias ao município em relação às ações concernentes à educação, saúde e assistência

social. 4. "A jurisprudência deste Tribunal firmou-se no sentido de que é legítima a inscrição de ente municipal inadimplente no SIAFI e CAUC, por se tratarem de instrumentos necessários ao controle da gestão fiscal, o que não impede a liberação de verba pública para execução de ações de educação, saúde e assistência social, bem como ações sociais e em faixa de fronteira (LC 101/2000, art. 25, 3º, c/c Lei n. 10.522/2002, art. 26), (...)"(REO 0005981-14.2002.4.01.3900/PA, Rel. Desembargador Federal João Batista Moreira, Conv. Juiz Federal Jamil Rosa De Jesus (conv.), Quinta Turma,e-DJF1 p.351 de 07/05/2010) 5. Para obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal sem deixar à míngua o Município, a solução mais justa e equilibrada encontra-se no meio termo, ou seja, em permitir o acesso aos convênios de cunho social, sem, no entanto, liberar toda e qualquer verba pública à municipalidade inadimplente. 6. Apelação da CEF provida.(TRF1, AC 84877320054013700, 5ª Turma, Relatora Des. Federal Selene Maria de Almeida, e-DJF1 22/11/2010)Ademais, cumpre destacar que, em relação à irregularidade previdenciária, o ente público Autor asseverou a superveniência de lei municipal autorizadora de parcelamento do débito previdenciário que inviabilizou a assinatura dos referidos convênios, tendo a parte Ré deixado de esclarecer, em momento oportuno, se as indigitadas pendências permanecessem até os dias atuais ou já foram sanadas.Ainda que assim não fosse, à luz da jurisprudência, tem-se que a existência de débitos previdenciários não pode ser causa impeditiva para a celebração de convênios que tem por escopo a conservação e a administração do Município, conforme precedente que segue:INSCRIÇÃO DE MUNICÍPIO NO SIAFI E NO CAUC. ÓBICE À CELEBRAÇÃO DE NOVOS ACORDOS, CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO. SUSPENSÃO DO REGISTRO DE INADIMPLÊNCIA. TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA. - Ao editar a Lei 9.717/98, que "dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências", a União Federal valeu-se da competência constitucionalmente prevista no art. 24, inciso XII, cujo exercício, naturalmente, não pode tolher faculdades administrativas vitais à conservação da autonomia municipal.-Em exame perfunctório, próprio da tutela de urgência pleiteada, revelam-se abusivas as disposições do art. 7º, incisos I e II, da Lei 9.717/98, que impedem municípios ou estados de celebrar convênios e outros acordos que o possibilitem auferir recursos financeiros, nos casos de descumprimento de comandos na mesma lei estabelecidos. - Agravo a que se dá parcial provimento para afastar a exigência de apresentação de Certificado de Regularidade Previdenciária, como condição à transferência voluntária de recursos e à celebração de convênios.(TRF2, AG 200902010182407, 7ª Turma Especializada, Relator Des. Federal Mauro Luis Rocha Lopes, e-DJF2R 12/07/2010)Resta claro, portanto, que o Município Autor se enquadra dentre as situações previstas para a suspensão da restrição impeditiva da celebração dos convênios, restando necessárias as

providências deferidas na tutela antecipada, a fim de fazer valer o direito deduzido. Necessária, portanto, a esta altura, sua confirmação, com o julgamento de mérito da demanda. Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo Município Autor, com resolução de mérito, a teor do disposto no art. 487, inciso I, do novo Código de Processo Civil, tornando definitiva a tutela antecipada, para o fim de determinar à parte ré que não obste a celebração do(s) convênio(s) referido(s) na petição inicial, nem tampouco a transferência de recursos da União em favor da parte autora em virtude de apontamentos existentes no CAUC e EXTRACAUC, conforme motivação. Sem condenação em custas, por ser o Autor isento. Condene as Rés, solidariamente, no pagamento da verba honorária, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa, corrigido do ajuizamento. Sentença não sujeita ao duplo grau obrigatório. Encaminhe-se cópia da presente decisão, via correio eletrônico, à Quarta Turma do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos termos do Provimento nº 64/2005, da E. Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região, em vista da interposição do Agravo de Instrumento nº 2016.03.00.000273-7 (nº CNJ 0000273-95.2016.4.03.0000). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. P. R. I.

CERTIDÃO DE FLS. 154: Certifico, com fundamento no art. 203, parágrafo 4º do NCPC, que por meio da publicação desta certidão, fica(m) o(s) autor(es) intimado(s) a apresentar(em) contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, bem como de que decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será encaminhado ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região para apreciação do Recurso interposto, tudo conforme determinado no NCPC, em seu art. 1.010 e seus parágrafos. Nada mais.

Disponibilização D.Eletrônico de sentença em 02/02/2017 ,pag 1



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

PROCEDIMENTO COMUM (7) Nº 5008554-36.2017.4.03.6105 / 2ª Vara Federal de Campinas
AUTOR: MUNICIPIO DE MONTE MOR
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR FRANCHI - SP297534
RÉU: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de ação ordinária formulada pelo Município de Monte Mor em face da União e da CEF – Caixa Econômica Federal, inclusive com pedido de tutela provisória, pedindo a determinação de abstenção das requeridas quanto a determinada exigência (CRP – Certidão de Regularidade Previdenciária) para fins de contratação de convênio para a construção de praça poliesportiva.

Vieram os autos conclusos em regime de plantão. **É o relatório. DECIDO.**

Para deferimento da tutela provisória é necessário que estejam presentes os requisitos constantes do CPC, 300, notadamente a configuração da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

O *periculum in mora* fora demonstrado *ab initio* pelo Município requerente, dizendo respeito à expiração do convênio com o Ministério das Cidades (Proposta 103693/2017), a ser liberado pela CEF, cujo prazo fatal ocorrerá com o término do ano civil de 2017.

Quanto ao *fumus boni juris*, a questão é tormentosa.

O entendimento pessoal deste julgador é que o equilíbrio das contas públicas é obrigação objetiva do administrador público; e que a imposição de sanções indiretas (*v.g.*, o impedimento de acesso a novas contratações, tais quais as estipuladas pela Lei 9.717/1998, artigo 7º e incisos) é meio idôneo para que tal equilíbrio seja alcançado.



Exatamente por descuidar de tal equilíbrio, com a inadimplência aos fundos previdenciários e remanejamento de recursos orçamentários que ao cabo se consumam em desvios dos valores que deveriam concorrer para esses fundos, é que atualmente se fala tresloucadamente em "Reforma da Previdência".

Todavia, o STF – Supremo Tribunal Federal, deixando de aplicar estritamente o Princípio da Eficiência (CF, 37) sobre a administração pública, concedeu liminar na ACO 830/PR para que a União se abstinhasse de aplicar qualquer sanção em decorrência do eventual descumprimento da Lei 9.717/1998 pelos demais entes políticos.

Pelo caráter *erga omnes* da decisão de instância superior, a ela me submeto para também mandar aplicá-la neste caso concreto.

Dado que – ao menos em sede de cognição sumária – não parece existir qualquer outro fundamento para a negativa de celebração do convênio em tela (Proposta 103693/2017) que não a ausência de CRP, tenho por presente o *fumus boni juris* na pretensão do Município requerente.

Assim, **CONCEDO A TUTELA PROVISÓRIA e DETERMINO** que a União e a CEF se abstenham de exigir a CRP e promovam a celebração do convênio do Município de Monte Mor com o Ministério das Cidades (Proposta 103693/2017).

Citem-se.

Decorrido o prazo de resposta, havendo juntada de documentos por qualquer das partes requeridas, dê-se vista ao município pelo prazo de 10 (dez) dias para ofertar eventual réplica.

Nos respectivos prazos de resposta e réplica, as partes deverão desde logo especificar as provas que pretendem produzir, justificando-as desde logo, sob pena de indeferimento.

Pretendendo a produção de prova testemunhal, deverão desde logo ofertar seu rol de testemunhas – sob pena de preclusão – e apresentar a pertinência da oitiva de cada uma delas – sob pena de indeferimento.

Após, vista ao Ministério Público Federal para que ofereça seu parecer.

Decorridos todos os prazos acima, venham os autos conclusos para saneamento, designação de audiência ou julgamento do feito no estado em que se encontrar.



Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Registrada eletronicamente.

CAMPINAS, 28 de dezembro de 2017.





Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

PROCEDIMENTO COMUM (7) Nº 5008523-16.2017.4.03.6105 / 4ª Vara Federal de Campinas
AUTOR: MUNICIPIO DE MONTE MOR
Advogado do(a) AUTOR: VICTOR FRANCHI - SP297534
RÉU: UNIAO FEDERAL, CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DECISÃO

Decisão proferida em plantão judiciário de recesso forense.

Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela no escopo de obtenção de ordem judicial para que a parte ré não obste a celebração de convênio referido na petição inicial, nem tampouco a transferência de recursos da União em favor da parte autora em virtude de apontamentos existentes no CAUC. Junta documentos, dentre eles a comprovação da alegada pretensão resistida (fls. 16/20).

Justifica a urgência em razão do prazo para a celebração do convênio se esgotar em 30/12/2015 (fls. 16).

É o relato do necessário. Decido o pedido urgente.

A imposição de restrições a entes federativos, como inscrições em cadastros de inadimplentes, vem sendo rechaçada pelo e. Supremo Tribunal Federal, que tem reconhecido conflito federativo e a possibilidade de se causar um mal maior à coletividade, caso seja o ente público impedido de receber recursos oriundos de repasses ou convênios.

Neste sentido:

EMENTA: REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO CAUTELAR. INSCRIÇÃO DE ESTADO-MEMBRO NO SERVIÇO AUXILIAR DE INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS – CAUC. SUSPENSÃO DOS REGISTROS DE INADIMPLÊNCIA. MEDIDA LIMINAR E PEDIDO DE EXTENSÃO DEFERIDOS. REFERENDO.



1. O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido conflito federativo em situações nas quais a União, valendo-se de registros de pretensas inadimplências dos Estados no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias CAUC, impossibilita a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária, o repasse de verbas federais e a celebração de convênios.
2. O registro da entidade federada, por alegada inadimplência, nesse cadastro federal pode sujeitá-la a efeitos gravosos, com desdobramentos para a transferência de recursos.
3. Em cognição primária e precária, estão presentes o sinal do bom direito e o perigo da demora.
4. Medida liminar referendada.

(AC 3775 MC-Ref, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 07/10/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-213 DIVULG 23-10-2015 PUBLIC 26-10-2015)

E M E N T A: SIAFI/CAUC - INCLUSÃO, NESSE CADASTRO FEDERAL, DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR EFEITO DE "SUPOSTAS IRREGULARIDADES" NA PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO CONVÊNIO PROEP Nº 21/1999 - CONSEQÜENTE IMPOSIÇÃO, AO ESTADO-MEMBRO, EM VIRTUDE DE ALEGADO DESCUMPRIMENTO DAS RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES, DE LIMITAÇÕES DE ORDEM JURÍDICA - A QUESTÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, NOTADAMENTE AQUELES DE CARÁTER PROCEDIMENTAL, TITULARIZADOS PELAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO - POSSIBILIDADE DE INVOCAÇÃO, PELAS ENTIDADES ESTATAIS, EM SEU FAVOR, DA GARANTIA DO "DUE PROCESS OF LAW" - LITÍGIO QUE SE SUBMETE À ESFERA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - HARMONIA E EQUILÍBRIO NAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O ESTADO-MEMBRO E A UNIÃO FEDERAL - O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO - POSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE, DE CONFLITO FEDERATIVO - PRETENSÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL FUNDADA NA ALEGAÇÃO DE TRANSGRESSÃO À GARANTIA DO "DUE PROCESS OF LAW" - BLOQUEIO DE RECURSOS CUJO REPASSE TEM POR FUNDAMENTO O CONVÊNIO PROEP Nº 21/1999 - RISCO PARA A CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SITUAÇÃO DE POTENCIALIDADE DANOSA AO INTERESSE PÚBLICO - TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA - DECISÃO DO RELATOR REFERENDADA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CONFLITOS FEDERATIVOS E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO.

- A Constituição da República confere, ao Supremo Tribunal Federal, a posição eminente de Tribunal da Federação (CF, art. 102, I, "f"), atribuindo, a esta Corte, em tal condição institucional, o poder de dirimir controvérsias, que, ao irromperem no seio do Estado Federal, culminam, perigosamente, por antagonizar as unidades que compõem a Federação. Essa magna



função jurídico-institucional da Suprema Corte impõe-lhe o gravíssimo dever de velar pela intangibilidade do vínculo federativo e de zelar pelo equilíbrio harmonioso das relações políticas entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira. A aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, "f", da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Doutrina. Precedentes.

(...)

BLOQUEIO DE RECURSOS CUJA EFETIVAÇÃO COMPROMETE A EXECUÇÃO, NO ÂMBITO LOCAL, DE PROGRAMA ESTRUTURADO PARA VIABILIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

- O Supremo Tribunal Federal, nos casos de inscrição de entidades estatais, de pessoas administrativas ou de empresas governamentais em cadastros de inadimplentes, organizados e mantidos pela União, tem ordenado a liberação e o repasse de verbas federais (ou, então, determinado o afastamento de restrições impostas à celebração de operações de crédito em geral ou à obtenção de garantias), sempre com o propósito de neutralizar a ocorrência de risco que possa comprometer, de modo grave e/ou irreversível, a continuidade da execução de políticas públicas ou a prestação de serviços essenciais à coletividade. Precedentes.

(ACO 1576 TA-Ref, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 23/06/2010, DJe-154 DIVULG 19-08-2010 PUBLIC 20-08-2010 EMENT VOL-02411-01 PP-00036)

A corroborar a exegese ora formulada, peço vênia para mencionar notícia divulgada no sítio eletrônico do e. STF a respeito do tema:

Notícias STF

Quarta-feira, 23 de dezembro de 2015

Liminares autorizam que AL, RO e RR voltem a receber verbas da União

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, deferiu pedidos de Alagoas, Roraima e Rondônia, apresentados em cinco ações distintas, para que os estados sejam retirados dos cadastros de inadimplentes da União (SIAFI, CAUC, CADIN, entre outros) e voltem a receber repasses federais. O ministro considerou o caráter de urgência para que as unidades da federação possam contar com as verbas para executar políticas públicas imprescindíveis ao bem estar da população.

Todas as decisões destacam que a jurisprudência do STF se firmou no sentido de que a inscrição de entes federativos em cadastros restritivos da União deve observar o devido processo legal, artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal (CF). Para o ministro, a adoção de medidas coercitivas para forçar a administração pública a cumprir deveres “não pode inviabilizar a prestação, pelo estado-membro, de serviços públicos essenciais, máxime quando o ente federativo é dependente dos recursos da União”.



O presidente Ricardo Lewandowski ainda observa que o estado não pode exercer a sua autoridade de maneira arbitrária que desconsidere o princípio da ampla defesa e do contraditório, e avalia que “o modo como as inscrições no SIAFI e CAUC têm sido realizadas parece indicar, à primeira vista, ocorrência de violação aos referidos postulados”.

A l a g o a s

A situação do estado é discutida em três ações distintas – Ações Cíveis Originárias (ACOs) 2794, 2795 e 2799, sob relatoria dos ministros Cármen Lúcia, Luiz Fux e Dias Toffoli, respectivamente. O estado pede concessão de tutela antecipada para garantir a exclusão de registro nos cadastros restritivos citando jurisprudência do STF pela observância do princípio da razoabilidade, além de apontar necessidade de obediência a dispositivo legal que aponta a notificação prévia como requisito indispensável para a inscrição em cadastros de controle da União.

Na primeira, ACO 2794, o estado alega que foi inscrito no cadastro restritivo da União devido a débitos de outros cinco órgãos autônomos atrelados ao seu cadastro nacional: Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, e Ministério Público de Alagoas. Na segunda, ACO 2795, informa estar impedido de receber recursos federais pela suposta situação de inadimplência quanto à prestação de contas do Convênio 2385/2005. A terceira, ACO 2799 questiona inscrição em cadastro restritivo da União devido a suposto descumprimento da determinação constitucional de aplicação mínima de recursos em educação em 2013 e 2014. O estado alega que a situação ocorreu em gestão anterior e que houve erro de cálculo, além de inexistir notificação prévia e medida corretiva de aplicação imediata.

Nas três ações, o presidente Ricardo Lewandowski deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, parcial ou totalmente, para afastar os efeitos das inscrições de Alagoas no SIAFI, CAUC, CADIN e outros cadastros, listagens ou sistemas de finalidade semelhante. A decisão vale para as supostas pendências de outros poderes e órgãos autônomos, para o Convênio CV 2385/2005 e para o suposto descumprimento de aplicação de recursos mínimos em educação entre 2013 e 2014. Neste último caso, o ministro deferiu tutela para permitir a inclusão de determinados gastos como aplicação em Educação nos anos de 2013 e 2014.

R o n d ô n i a

Sob relatoria da ministra Rosa Weber, a ACO 2800 pede a exclusão de Rondônia da inscrição nos cadastros de inadimplência da União sem prévia intimação. Informa que o estado encontra-se em situação irregular em pelo menos três grupos de débitos, e que além de os convênios serem anteriores à atual gestão ou terem sido incluídos de forma indevida nos cadastros restritivos, a administração local se esforçou para garantir a regularização em todos os casos.

Na decisão, o ministro Lewandowski aponta evidência de urgência no pedido devido aos potenciais prejuízos à coletividade, destacando que o ente federado demonstra intenção de sanar seu status de inadimplência. O ministro deferiu em parte a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que a União se abstenha de inscrever Roraima nos cadastros federais de inadimplentes CADIN, CAUC, SIAFI em razão de irregularidades referentes à execução de cinco convênios.

R o r a i m a

A situação de Roraima é discutida na Ação Cautelar (AC) 4077, sob relatoria do ministro Gilmar Mendes. O estado foi inscrito em cadastros de inadimplência da União devido a diversos convênios em suposta irregularidade, e informa que a situação está impedindo a concretização de propostas de convênio em segurança pública, o que contraria o interesse coletivo.

Ao deferir liminar para suspender os efeitos das inscrições do estado nos cadastros da União, o presidente Lewandowski avalia que a urgência na concessão de medida liminar está evidenciada, pois além da manifesta intenção de Roraima de sanar as irregularidades, não é razoável impedir acesso do estado a convênios, pois representa “potencial nocivo a importantes políticas públicas implementadas e aos serviços públicos essenciais prestados à coletividade”.



No presente caso, a parte autora, municipalidade dependente de recursos de emendas orçamentárias e de convênios de cooperação, bem como de repasses da União e do Estado-membro, poderá ser impedido de receber tais verbas em virtude de sua situação irregular perante o CAUC.

O risco de dano está demonstrado pela iminência de término do prazo para celebração do convênio, cuja data fatal se dará em 30/12/2015.

Portanto, neste juízo de cognição sumária restou suficientemente demonstrado a verossimilhança do direito pretendido e o risco de dano pelo fato da parte autora se ver impedida de celebrar novos convênios com o Governo Federal e receber recursos da União em razão da restrição apontada no CAUC.

Diante da fundamentação exposta, **defiro a antecipação de tutela** para determinar à parte ré que não obste a celebração do convênio referido na petição inicial, nem tampouco a transferência de recursos da União em favor da parte autora em virtude de apontamentos existentes no CAUC, até ulterior deliberação do Juízo competente por distribuição.

Em prosseguimento, citem-se e intimem-se as rés do teor da presente decisão por meio do oficial de justiça de plantão, com urgência. Sem prejuízo, a Caixa Econômica Federal deverá ser oficiada para cumprimento por meio da Superintendência Regional em Campinas/SP ou na pessoa do Gerente Regional, ou quem detiver atribuição para representá-lo.

Com o retorno do expediente forense regular encaminhem-se os autos ao e. Juízo competente por distribuição (4ª Vara Federal), ficando a critério do e. Juízo natural da causa ratificar ou retificar a presente decisão.

Intime-se a parte autora.

Campinas/SP, 27 de dezembro de 2017, 14h58min.

Fernão Pompêo de Camargo

Juiz Federal plantonista



CAMPINAS, 27 de dezembro de 2017.



Assinado eletronicamente por: FERNAO POMPEO DE CAMARGO - 27/12/2017 15:01:33
<http://pje1g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17122715013311000000003842277>
Número do documento: 17122715013311000000003842277